



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I - CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

As Comissões Parlamentares de Inquérito: criação, fins, poderes de investigação e limites constitucionais.

SEGUNDA PARTE

QUESTÕES

1. É absoluta a inviolabilidade de domicílio, não podendo ninguém nele ingressar sem consentimento do morador ? Por que ?
2. Descreva hipóteses em que se configura, segundo a Constituição, a obtenção de provas por meios ilícitos. São elas juridicamente válidas e admissíveis para fins de investigação criminal ou instrução processual penal ? Por que ?
3. Indique e explique os vícios que geram a nulidade do ato administrativo.
4. Exponha a teoria estatutária da função pública.
5. ICMS - princípio da não cumulatividade. Noções gerais. Restrições constitucionais ao princípio da não-cumulatividade.
6. Decadência no Código Tributário Nacional. Conceito. Peculiaridade.



PROVA SUBJETIVA

GRUPO II - ECONÔMICO, CIVIL PROCESSUAL CIVIL

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

AÇÃO CIVIL PÚBLICA: a) o inquérito civil público: natureza jurídica; inquisitorialidade e contraditoriedade. poder investigatório do Ministério Público; efeitos; arquivamento; b) o interesse processual do Ministério Público e o dos demais legitimados: considerações gerais; c) o juízo competente : o local do dano; o interesse da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal; os danos causados por poluição de óleo; d) o Ministério Público e a defesa dos interesses ou direitos individuais homogêneos: controvérsias sobre a legitimidade; os enfoques constitucional e legal; opinião crítica; e) o Ministério Público e a proteção do patrimônio público e social: controvérsias sobre a legitimidade; patrimônio público; patrimônio social; opinião crítica.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro. Conceito. Previsão legal.
2. Direitos coletivos, direito difusos e interesses individuais homogêneos, especialmente no âmbito do Direito Econômico. Distinção. Exemplificação de cada modalidade.
3. Um dos principais efeitos da posse é fazer surgir a proteção possessória através dos interditos. A este respeito, o art. 505 do Código Civil estabelece dois comandos que têm causado alguma perplexidade. Faça uma análise explicativa do conteúdo e da incidência do citado art. 505.
4. No programa de Direito Civil há tema relativo à nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos; noutra parte encontra-se matéria referente a casamento inexistente, nulo e anulável; alhures, mencionam-se os efeitos do casamento. Tais assuntos indicam existirem vicissitudes que afetam os atos jurídicos em geral no que tange à sua existência, validade e eficácia. Faça uma reflexão comparativa e distintiva destes conceitos.
5. Conceitue a exceção de pré-executividade destacando: a) os fundamentos para a sua admissibilidade no direito brasileiro; b) a oportunidade em que pode ser oferecida; c) quem pode apresentá-la; d) o seu aspecto formal; e e) quais as matérias nela argüíveis.
6. Conceitue ação intransmissível, analise criticamente o conceito, destaque as espécies de intransmissibilidade e aponte os limites ao efeito da intransmissibilidade.



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III – ELEITORAL, PENAL, PROCESSUAL PENAL

PRIMEIRA PARTE

Parecer

O juiz da Vara Federal de Fronteira condenou Fulano pela prática do crime de tráfico de entorpecentes. Pendente o recurso de apelação da defesa, Fulano requereu a restituição da quantia de dez mil dólares americanos, de um veículo Gol e de um revólver calibre 38, que haviam sido apreendidos com ele no momento da prisão em flagrante. Fulano alega que:

- a) o juiz não se pronunciou sobre a perda desses bens na sentença;
- b) o dinheiro não constitui instrumento nem proveito do crime;
- c) o veículo não constitui proveito do crime nem instrumento, porque não estava adrede preparado para o transporte clandestino da droga;
- d) o veículo pertence a Beltrano, conforme certificado de registro;
- e) a arma não constituiu instrumento nem proveito do crime e Fulano não foi denunciado pelo crime de porte de arma;
- f) o dinheiro, o veículo e a arma não são coisas de fabricação, uso, alienação, porte ou guarda ilegais.

Aberta vista ao Ministério Público para manifestar-se acerca do pedido, formule o parecer cabível, analisando todos os aspectos processuais e penais pertinentes.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Quais são as principais características dos sistemas eleitoral e partidário no Brasil ? Há possibilidade de candidatos avulsos, não filiados a Partidos Políticos ? Podem os candidatos eleitos mudar de Partido após as eleições ? Por que ?
2. Que são inelegibilidades e condições de elegibilidade ? Dê exemplos de inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais, absolutas e relativas. Admite-se a reelegibilidade para o Legislativo e para o Executivo ? Em que limites ?
3. Dissertar sobre o princípio da insignificância, abordando sinteticamente os seguintes aspectos : natureza, fonte, efeito jurídico da sua aplicação, parâmetros e limites de aplicação segundo a doutrina e a jurisprudência brasileiras, semelhanças e diferenças em relação ao princípio da adequação social, relação com infrações penais de menor potencial ofensivo e furto de pequeno valor.
4. Estabelecer as diferenças ente os tipos legais de receptação e "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n.º 9.613/98), do ponto de vista do objeto jurídico, objeto material, sujeito passivo e crime antecedente.
5. É cabível a impetração de *habeas corpus* ou de mandado de segurança contra indiciamento no inquérito policial ? Responder fundamentalmente.
6. Dissertar sobre o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, abordando sinteticamente os seguintes aspectos : fontes formais, objeto, finalidade, extensão do controle e argumentos que têm sido contraposto pela Polícia.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DO CONCURSO**

Brasília, julho de 1999